



Foto: Ariana Tozzatti/CRESS-GO

"Resistência, Ética e Ação: a luta continua"

A gestão do Conselho Regional de Serviço Social "Resistência, Ética e Ação: a Luta Contínua" assumiu, para o triênio 2014/2017, compromissos expressos na Lei de Regulamentação da profissão, no Código de Ética do/a Assistente Social e em várias ações e movimentos que convergiram e convergem para o fortalecimento do Projeto Ético Político Profissional. Apreender toda dimensão e profundidade do significado dessa categoria ao longo de sua trajetória histórica é também se situar nas condições objetivas e subjetivas, nas quais os Assistentes Sociais vem construindo a sua própria identidade, não mais ancorada em perspectivas conservadoras, que engrossam e encorajam ainda mais as ofensivas neoliberais e opressoras da classe que vive do trabalho e que constrói as suas certezas e incertezas em um futuro que se encontra no horizonte da emancipação.

A gestão que se inicia trilhou um intenso processo junto à categoria, com discussões que se deram por meio de debates em torno das mais variadas situações vivenciadas pela categoria em seus espaços sócio-ocupacionais. Situações estas que envolvem também a vida da população goiana, brasileira e mundial que se defronta com uma lógica afiançadora de desmontes de direitos e geradoras de processo de desigualdade social para além do aceitável. Todo esse contexto requer do CRESS, conjuntamente com a categoria, um esforço e uma atuação cada vez mais politizada e consciente do seu lugar no mundo.

Para materialização do que foi proposto por esta gestão em nossa "Carta Programa" elegemos princípios que nos são caros: a defesa da liberdade como valor universal, do pluralismo de ideias, da liberdade de expressão e de uma sociedade em que os bens e serviços socialmente produzidos sejam alcançáveis a todos/as.

No início de nossas atividades já perpassamos por momentos que consideramos importantes na efetivação das nossas propostas, como a continuidade na organicidade do CRESS por meio de ações que envolvem a gestão e as/os trabalhadoras/es do CRESS, dando ênfase ao planejamento participativo. O planejamento traçará as atividades a serem desenvolvidas pelas comissões, as quais expressarão os compromissos assumidos. Entendemos que o trabalho das comissões e grupos de trabalho em muito contribuirão para que as/os assistentes sociais se fortaleçam e cada vez mais se constituam em uma força política organizada e inserida nos movimentos sociais e na defesa dos interesses e necessidades gerais da classe trabalhadora.

Na concretização desse projeto, que acreditamos coletivo, convidamos as/os Assistentes Sociais a participarem das comissões que concretizam a luta do Conjunto CFESS/CRESS. São elas: Seguridade Social, Orientação e Fiscalização do Exercício Profissional, Comissão Ampliada de Ética, Permanente de Ética, Inscrição, Comunicação, Administrativo Financeiro e de Formação e Trabalho.

Novos desafios em 2015

Essa edição do CRESS Informa traz notícias importantes para a categoria. Na matéria de capa do jornal, a Gestão do Conselho Regional de Serviço Social Goiás - 19ª Região “Resistência, Ética e Ação: A Luta Continua” assume compromissos e incentiva, cada vez mais, a participação das/os profissionais junto ao Conselho. Para quem já faz parte das comissões e está envolvido no debate, o nosso agradecimento. Para quem ainda não se decidiu, aqui vai o desafio de estar junto ao Conselho na construção da luta em defesa da categoria, no debate sobre uma nova ordem societária, baseada na liberdade, na defesa dos direitos humanos, na equidade e justiça social.

Para 2015 o CRESS quer melhorar a sua comunicação e está convidando as/os assistentes sociais a atualizarem os seus dados junto ao Conselho. Entre em contato por telefone ou e-mail. Atualize seu endereço, telefones e e-mail. O Conselho tem enviado boletins informativos, jornais impressos e correspondências e muitos estão voltando. Temos 618 registros de profissionais sem e-mail. Visite o site, e tenha mais informações, entre no facebook e curta a página do CRESS Goiás. Essa edição também traz informações sobre o 43º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado em Brasília, Distrito Federal, entre os dias 18 a 21 de setembro de 2014. O Encontro aprovou o

tema do Dia do/a Assistente Social 2015: “Assistente social: atribuições, competências e defesa das políticas públicas”. Em 2016 haverá a comemoração dos 80 anos de Serviço Social no Brasil, momento significativo para uma categoria que não se cala.

A professora Walderez Loureiro Miguel, vice-presidente do CRESS nas duas últimas gestões, e Laura Leni Paranaguá, conselheira do CRESS, produziram um artigo sobre a presença nos hospitais públicos e universitários da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBESERH). O texto traz o relato da luta de resistência da Frente Nacional contra as Privatizações da Saúde - FNCPS, da qual o CRESS Goiás participa.

Expediente

Gestão " "Resistência, Ética e Ação: a Luta Continua" - Triênio 2014-2017

Diretoria Executiva

Presidente - Ilma Inácia De Sousa Pugliesi
 Vice-presidente - Dorivan Maria da Silva Torres
 1ª Secretária - Laura Leni M. Paranaguá Lago
 2ª Secretária - Maria dos Afritos de Araújo
 1ª Tesoureira - Junia Rios Campelo
 2ª Tesoureira - Maria Ciurinha Pereira dos Santos

Conselho Fiscal

Presidente - Carmen Regina Paro
 Ana Maria da Trindade
 Sandra Maria dos Santos

Suplentes

Anna Fátima Melo Ferreira Chaves
 Nilda Lucia Huarita.
 Marina Burjack da Costa
 Elizabeth dos Santos Moura
 Valdirene Lúcia Luz
 Amanda de Azevedo Coutinho

Comissão de Comunicação, Divulgação e Imprensa (comunicacao@cressgoias.org.br)

Valdirene Lúcia Luz - coordenadora, Wanessa Batista Melo e Maristela Nunes Vitória.

Redação

Ilma Inácia de Sousa Pugliesi, Dorivan Maria da Silva Torres, Walderez Loureiro Miguel, Laura Leni M. Paranaguá Lago, Jane Eyre Gonçalves, Maristela Nunes Vitória.

Impressão e Arte - Gráfica Vereda

Tiragem - 3.500 exemplares

Jornalista Responsável

Maristela Vitória - JP/GO 01069

Equipe de Trabalho

Coordenadora executiva

Elizângela Ribeiro

Auxiliares administrativas

Kamilla de Oliveira Santos
 Mônica Cristina de Paula Azevedo

Agentes administrativas

Carolina Batista do Santos
 Elisângela Hernandes Brito

Agentes fiscais

Renata Carvalho Resende Póvoa
 Tháisy Cunha Pessoa

Agentes financeiras

Cáthia Martins Lourenço
 Inês Cabral

Assessoria Contábil

Alberir Antônio Carvalho - CRC/GO 013406/0-0
 Sigma Contabilidade

Assessoria Jurídica

Baltazivar dos Reis Silva - OAB/GO 18297

Assessoria de Comunicação

Maristela Nunes Vitória - JP/GO 01069

Conselho Regional de Serviço Social Goiás - 19ª Região

Rua 215, nº 150, Q 72, L 18, Setor Coimbra
 CEP: 74530-130 - Goiânia-Goiás.
 Fone: 62 3224-8007

Saúde em alerta!



O que é a EBSERH e qual o seu papel no cenário dos hospitais universitários federais

O presente texto tem por finalidade subsidiar a categoria de assistentes sociais, uma das protagonistas pelo funcionamento dos Hospitais Universitários Federais (HUFs), sobre o que é a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e a que veio no sentido de gerir as Unidades de Saúde Pública, como os HUFs. Seu Estatuto Social a define, no artigo 1º:

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio reger-se-á (...) e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

E, no seu artigo 3º determina seus fins: *A EBSERH terá por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição, a autonomia universitária.*

No sentido de conhecer estudos sobre o tema, buscou-se recente publicação que analisa o processo histórico dessa empresa, criada pela Lei 12.550/2011 e instalada no Ministério da Educação - MEC, pela Portaria n.º 442, de 25 de abril de 2012. Trata-se do livro "Desvelando a EBSERH", publicado por José Saulo Pereira e outros autores, que naquele processo questionam o comprometimento do princípio da universalidade do SUS, conforme preceitua a Constituição de 1988.

Os autores, ao analisarem o novo modelo de gestão, proposto pelo MEC para os Hospitais Universitários, geridos pela EBSERH e, ao apreenderem "as (...) contradições presentes na lei

que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares", após pesquisa documental e revisão da literatura, concluem que: *(...) a EBSERH sugere um modelo operacional para hospitais universitários, completamente diverso do atual, transformando o ensino, pesquisa e assistência em atividade econômica, atendendo a lógica de mercado, pautada pelo neoliberalismo, cuja tendência mais perversa se mostra por meio de uma rede de privatização camuflada. Ainda, revela-se uma trama de legislações que permitem uma usurpação do sistema público para o interesse de grupos privados, que se apropriam dos fundos públicos, reforçando a lógica da regressividade da tributação no país.*

Ao lado dessas primeiras informações sobre a realidade da EBSERH, procura-se agora estabelecer alguns nexos entre esta e a Frente Nacional contra as Privatizações da Saúde - FNCPS. A Frente nasce da necessidade de se conter a onda avassaladora de privatizações, veladas ou declaradas, contra unidades de saúde pública, quando a gestão destas passa às mãos de Organizações Sociais, pela ação de governos estaduais e, mais recentemente, pelo Governo Federal, ao implantar a EBSERH em Hospitais Universitários Federais.

A FNCPS é composta por diferentes fóruns e comitês regionais contra as privatizações da saúde, bem como, por centenas de entidades de categorias profissionais e estudantis, sindicatos, núcleos, centros de pesquisas e movimentos sociais, dentre estes, vale destacar o CRESS 19ª Região/Goias, CFESS, ABEPSS e ENESSO.

Depois de dois anos da instalação da EBSERH no MEC, dos 47 HUFs vinculados às 33 universidades federais, 23 assinaram contrato com a referida Empresa. A maioria desses contratos foram assinados pelos reitores das Universidades, com explícita rejeição da

comunidade universitária e sob pressão do Governo Federal.

Dentre os 24 HUFs que não aderiam à EBSERH, está o Hospital das Clínicas - HC da Universidade Federal de Goiás - UFG, que resiste pela luta da comunidade universitária, representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação - SINT-IFESgo.

No sentido de chamar servidores/as para se integrarem à luta contra a privatização do HC e informá-los/as sobre os rumos do Hospital frente à essa ameaça velada, sob a forma da EBSERH, foi realizado o Seminário "Por dentro da EBSERH", no dia 2 de julho de 2014, o qual contou com a presença do procurador geral da República, Dr. Peterson de Paula, e do representante do MPF-GO. O evento foi uma iniciativa do SINT-IFESgo em parceria com a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás - ADUFG e do Diretório Central dos Estudantes - DCE. Foram convidados a participarem do Seminário diretores do HC, o reitor da UFG e representantes da EBSERH. Estes últimos não compareceram e não enviaram representação, o que demonstra descaso no que se refere ao debate sobre o assunto. O Hospital Universitário da UFG segue na luta, representado por seus trabalhadores/as, professores/as e estudantes contra essa ameaça denominada EBSERH.

***Walderez Loureiro Miguel
e **Laura Leni Paranganá**

*Assistente social, mestre e doutora em História Social. Foi vice-presidente do CRESS na Gestão 2011-2014. Pesquisadora pelo NUPESC/FAPEG com publicações de livros, artigos e comunicações em nível nacional e internacional.

**Assistente social, mestre em Serviço Social. Atua no CEROF/Hospital das Clínicas/UFG e na Secretaria Municipal de Assistência Social. Diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Instituições Federais de Ensino Superior - Gestão 2012/2015. Atualmente é 2ª secretária do CRESS Goiás.

XXXI Semana da/o Assistente Social

O evento trouxe debates importantes para o Serviço Social



Fotos: Ariana Tozzatti / CRESS-GO

Em junho de 2014 o Brasil sediou a Copa do Mundo. Para a realização do evento, estádios e outras grandes obras foram realizadas com recursos públicos. Um tema pouco debatido pela grande mídia, mas relatado à exaustão por entidades e movimentos sociais, foram os despejos arbitrários de milhares de famílias (entre 150 a 170 mil pessoas, segundo o Portal Popular da Copa e das Olimpíadas) para a construção dos estádios. Esse debate fez parte da XXXI Semana da/o Assistente Social, realizada de 12 a 15 de maio de 2014 pelo Conselho Regional de Serviço Social Goiás - 19ª Região em parceria com a Universidade Federal de Goiás, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Conselho Federal de Serviço Social, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional dos Estudantes em Serviço Social (ENESSO).

"Serviço Social em Defesa do Direito à Cidade no Contexto dos Megaeventos", esse foi o tema da mesa de abertura da Semana, no dia 12, às 8 horas, que teve a participação dos professores doutores Perci Coelho de Souza e Ildeu Moreira Coêlho. Logo após a abertura do evento, houve o lançamento do Grupo de Trabalho (GT) Questão Urbana do CRESS Goiás.

Perci Coelho é assistente social, mestre em Política Social pela Universidade de Brasília e doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Segundo

ele, a categoria tem uma visão crítica dos megaeventos: "pensando os megaeventos (Copa de 2014, realizada em doze cidades brasileiras, e as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro) para além de si mesmos, dentro do contexto mais geral da acumulação capitalista, no momento em que o capital está em crise estrutural". As cidades já vêm sendo pensadas dentro da lógica do capital, as populações pobres e, agora, as que foram desalo-

Ciclos de debates - Experiências e conhecimentos foram compartilhados entre os/as participantes dos ciclos de debates, que esse ano, em homenagem a professora doutora Maria José de Faria Viana, receberam o seu nome. Os ciclos, realizados nos dias 13 e 14, trataram sobre temas importantes para a categoria e a profissão, como "Direito à Habitação no Campo e Cidade e a Mobilidade", "Direitos Humanos e Segurança Pública" e "Serviço Social e Seguridade Social", dentre outras temáticas.

jadas pelos megaeventos, estão sendo realocadas em áreas distantes dos equipamentos das políticas sociais.

É necessário e urgente, de acordo com o professor Perci, repensar a cidade e a mobilidade urbana a partir da acumulação do capital sob a

concepção marxista da segregação socio-espacial, reconhecendo a cidade como locus privilegiado desta acumulação, em que as relações sociais se encerram na materialização deste processo hierarquizado. Avançar neste debate, destaca Perci Coelho, é o desafio posto para o GT Questão Urbana criado pelo CRESS Goiás.

Ildeu Moreira Coêlho, doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo, trouxe novos elementos ao debate. Segundo o professor de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Goiás, vivemos hoje o mito do progresso dentro da sociedade burguesa, com a crescente ascensão de tudo o que é insignificante, as grandes questões, o que tem sentido, fica de lado. O que se torna relevante é a sociedade do espetáculo, da representação, da compra, da aparência, da autonomia e da tecnociência.

No final da manhã, os/as participantes da semana prestaram uma homenagem à professora doutora Maria José de Faria Viana, que faleceu no dia 10 de fevereiro de 2014. O esposo da professora, Hildo Viana, esteve presente neste momento significativo.

Ditadura Nunca Mais - Ainda no dia 12, no período da noite, foi realizada a mesa redonda "50 Anos do Golpe Militar no Brasil - Goiás". Participaram deste momento o professor doutor Athos Magno Costa e

Silva, doutor em filosofia pela Universidade Johann Wolfgang Goethe da Alemanha e professor titular da PUC Goiás; a professora Maristela Zenum Brigadão Ferreira, assistente social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e especialista em Política Social pela UNB e PUC Goiás, e Marcantônio Dela Corte, presidente da Associação dos Anistiados, pela Cidadania e Direitos Humanos do Estado de Goiás (ANIGO), criada há 11 anos. Os/As palestrantes contextualizaram o momento do Golpe em Goiás, falando das perseguições e restrições que foram impostas aos movimentos estudantis, aos partidos políticos e demais instituições.

O Serviço Social e o Desafio da Política de Assistência Social em Goiás foi tema da mesa redonda realizada no dia 13 de maio à noite. Participaram deste momento os professores doutores Renato Francisco dos Santos Paula e Maísa Miralva da Silva. O coordenador e professor do Curso de Serviço Social da UFG - Campus Cidade de Goiás, Renato Francisco, tratou sobre o contexto histórico-político da criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Entre os marcos estão as conferências realizadas em 1998 e a aprovação, em 2004, da Política Nacional de Assistência Social. Renato Francisco, doutor em Serviço Social pela PUC São Paulo, destacou que após a implantação do SUAS, em 2005, o que se viu foram discursos voltados para a técnica e metas. A partir de 2011, houve algum avanço e a política social assumiu um lugar estratégico.

Maísa Miralva, coordenadora do Mestrado da PUC Goiás, falou sobre a política de assistência social em Goiás, considerado nesta política um dos estados mais conservadores da Federação. Segundo a doutora em Política Social pela Universidade de Brasília, é preciso mudar a visão segmentada e assistencialista que se tem desta política. "A questão social passa a ser uma questão de baixa-estima, sai do plano social e vai para o psicológico", observa. Miralva ainda tratou sobre a precariedade no

trabalho da/o assistente social e a ausência de investimentos.

No dia 15, de manhã, os 70 anos de Serviço Social na Previdência foi celebrado. A professora Lúcia Lopes, doutora pela Universidade Federal do Maranhão e conselheira do CFESS na gestão 2011-2014, fez um

Fotos: Ariana Tozzatti / CRESS-GO



resgate do Serviço Social na Previdência em âmbito nacional. Em Goiás, o resgate histórico foi realizado pela professora Olívia Maria Jácome Costa, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. No final da mesa redonda, os/as assistentes sociais pioneiros/as na previdência em Goiás receberam uma homenagem.

Os direitos sociais na ordem social capitalista foi o tema tratado pela mestre Joaquina Barata Teixeira, na conferência realizada no dia 14, à noite. Segundo a professora aposentada da Universidade Federal do Pará,

quem chega ao Serviço Social são as pessoas despossuídas de bens, que sofrem exploração e que não têm acesso à terra, à cultura e outros serviços. O enfrentamento das questões sociais são mediadas pelas políticas sociais, onde há um clientelismo. Para mudar essa realidade, é necessário que o serviço social esteja sintonizado com os movimentos sociais, promovendo a proteção social, como um dever do Estado brasileiro e garantia de cidadania.

Joaquina Barata ainda destacou que para a garantia dos direitos humanos, é preciso fugir da abordagem jurídica, "não ficar apenas nos marcos legais, como se eles resolvessem a questão, pois os direitos sociais são garantidos na luta ético-política dos movimentos sociais emancipatórios". O/A assistente social precisa se instrumentalizar com conhecimento, que envolve teoria e método; habilidades, que envolve técnica, e ter atitude, que envolve o horizonte ético-político, sem perder de vista a afetividade. Para finalizar, a mestre em Planejamento do Desenvolvimento-NAEA pela UFPA citou Maria Lúcia Martinelli: "A única luta que se perde é aquela que se abandona".

Luta por direitos - É na luta que os movimentos sociais estão construindo mudanças em Goiás. No dia 15, pela manhã, foi realizada a mesa redonda "O serviço social em defesa dos direitos humanos e seu compromisso ético-político com os movimentos sociais". Participou deste momento representantes dos movimentos em defesa aos direitos das mulheres, à terra, da população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros, das/os meninos e meninas de rua, em defesa da saúde, população negra e movimento estudantil. Cada movimento e organização falou sobre sua criação e suas lutas. No final da manhã, a Gestão do CRESS "Resistência, Ética e Ação: A Luta Continua", para o triênio 2014-2017, foi empossada.

Maristela Vitória

Assessora de Comunicação do CRESS-GO

ABEPSS Itinerante em Goiás

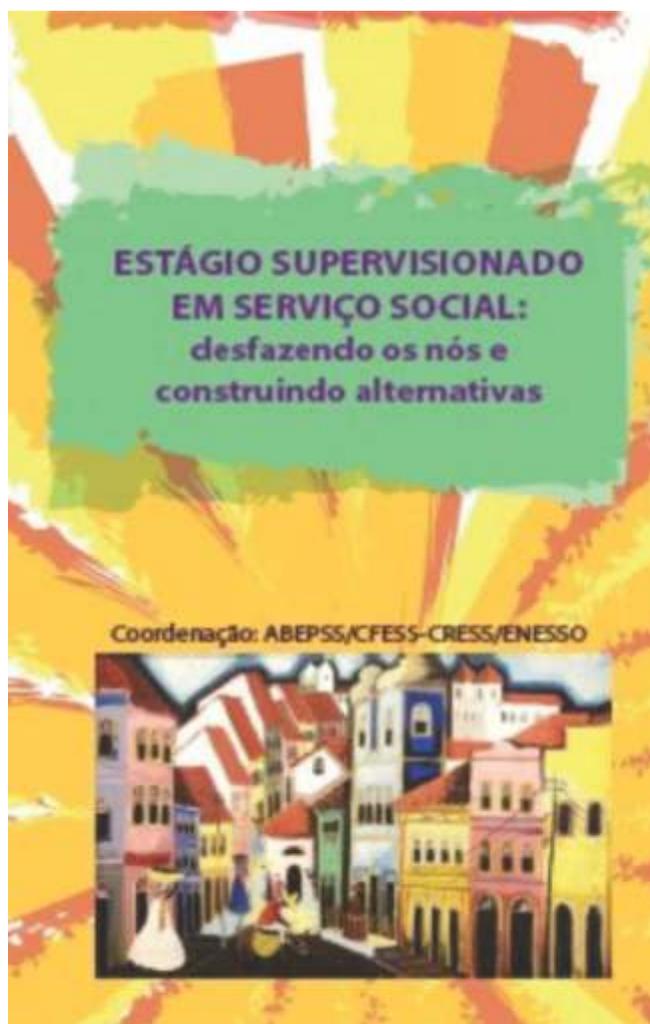
As oficinas aconteceram nos dias 27 e 28 de maio de 2014

O Projeto ABEPSS Itinerante esse ano tratou sobre o tema "Estágio Supervisionado em Serviço Social: Desfazendo os nós e Construindo Alternativa". O evento foi realizado nos dias 27 e 28 de maio, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. A iniciativa foi da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), do Conselho Regional de Serviço Social Goiás - 19ª Região, do Conselho Federal de Serviço Social, da Executiva Nacional dos Estudantes em Serviço Social, da Universidade Federal de Goiás e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

O debate sobre o estágio e a formação profissional envolveu estudantes da graduação e da pós-graduação das universidades, professores/as, supervisores/as acadêmicos/as, profissionais supervisores de campo e representantes do CRESS 19ª Região. O evento foi assessorado pelas professoras Drª Carla Agda Gonçalves, da Universidade Federal de Goiás-Campus Cidade de Goiás; Ms Patrícia Basílio Teles Estabile, coordenadora de Estágio do Curso de Serviço Social da UFG-Campus Cidade de Goiás; e Ms. Olívia Maria Jácome Costa, coordenadora de Estágio do Curso de Serviço Social da PUC Goiás.

Durante as oficinas foram identificados alguns "nós" no estágio em Serviço Social. Emergiram questões como garantir condições de estágio com qualidade na perspectiva da formação profissional, assumindo as funções precípuas da universidade, com destaque as ações partilhadas e desenvolvidas pelos discentes no tripé ensino-pesquisa-extensão. Outro ponto levantado foi quanto ao envolvimento e mobilização entre o corpo docente e discente dos cursos, posto que denota-se uma ausência de participação dos docentes nas atividades de estágio. Nessa direção há que se rever as questões relativas às condições de trabalho em que estão expostos os docentes, pois os professores não possuem carga horária remunerada para a realização da supervisão direta de estágio.

Algumas propostas foram construídas coletivamente em um esforço para se avançar na qualificação e viabilização do estágio em Serviço Social. Os/As participantes apresentaram a necessidade de se articular as disciplinas estabelecidas na matriz curricular, promover o debate sobre a política de estágio do curso de modo transversal, promover o fortalecimento dos fóruns de estágio com a participação dos supervisores acadêmicos



e de campo, bem como discentes e docentes, entre outros. Tais direcionamentos devem estar articulados à pesquisa junto às unidades acadêmicas que possibilitariam identificar a realidade em que estão inseridos os/as discentes nos campos de estágio, bem como reconhecer os "nós" presentes no processo formativo e no exercício profissional.

Tais questões possibilitam imprimir as demandas da categoria diante do projeto profissional assumido, com ênfase à valoração da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como parte de um projeto de fortalecimento da qualidade da formação profissional. A construção destas ações conjuntas possibilita, ainda, proposições fundamentadas na lógica interdisciplinar, sobretudo na perspectiva da construção de novos espaços participativos e democráticos de formação profissional com qualidade.

Trabalho Social nos Programas de Habitação

Projeto de Interesse Social e Desenvolvimento Urbano: espaço de atuação do/a assistente social

Após marcos históricos como a Eco 92 e Agenda Habitat, em 1996, houve o compromisso dos países signatários, como o Brasil, de criar assentamentos humanos sustentáveis com a inserção da dimensão humana nas diversas fases dos programas de habitação, urbanização, saneamento e infraestrutura urbana, buscando o desenvolvimento da população beneficiada e a sustentabilidade socioambiental das intervenções.

Nos últimos anos, foi ampliada a exigência da elaboração e a execução do Projeto de Trabalho Social (PTS) junto às famílias atendidas pelos Programas de Desenvolvimento Urbano (DU), especialmente os vinculados ao

Definitivamente o TS foi elevado à categoria de item indispensável para o alcance dos objetivos dos Programas, fortalecendo e dando maior efetividade às Políticas Públicas de DU e em especial à Política de Habitação.

Segundo a Portaria 21, o Trabalho Social visa “promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados”, buscando a “efetivação dos direitos sociais dos beneficiários”.

O espaço de atuação nos PTS está direcionado aos profissionais com graduação em nível

de profissionais do poder público e de empresas contratadas para execução do PTS.

É necessário buscar meios de ampliar a rede de atuação profissional no Trabalho Social nos Programas de DU, e o compromisso com o direcionamento desses recursos para a Organização Comunitária e fortalecimento social e real acesso da população de baixa renda aos bens e serviços socialmente construídos.

A Pontifícia Universidade Católica de Goiás está promovendo uma primeira etapa de capacitação, iniciada em agosto, e pretende continuar contribuindo na formação dos profissionais desta área, com o curso de extensão em Projetos de Trabalho Social nos



Fotos: Jane Eyre

Ministério das Cidades. O PTS trata de ações que buscam a participação comunitária da população beneficiada pelas intervenções e a articulação das políticas sociais para o atendimento das demandas dessas famílias, vislumbrando a melhoria das condições de vida nos diversos aspectos.

Hoje estamos vivendo um momento histórico, pela grande disponibilidade de recursos para o Trabalho Social, principalmente porque as normas que orientam a realização do Trabalho Social se consolidaram na Portaria nº 21 de janeiro de 2014, do Ministério das Cidades, até então diluídas em vários normativos.

superior, “preferencialmente em Serviço Social ou Sociologia”, que tenham a “experiência de prática profissional em ações socioeducativas com população de baixa renda, em intervenções de saneamento e de habitação” (MCidades, 2014).

A realidade atual é de escassez de profissionais com formação especializada e com experiência para atuação nestes projetos, um espaço de demanda crescente a ser ocupado principalmente pelos assistentes sociais.

Há uma lacuna de formação continuada que poucas instituições de ensino tem preenchido. Falta quantitativo e capacitação técnica

Programas de Habitação de Interesse Social.

Sugerimos a leitura da Portaria 21 e a aproximação com esta área de atuação que exige ações intersetoriais articuladas e abordagens específicas, características da área de atuação do profissional do serviço social. Vamos ocupar este espaço.

Jane Eyre Gonçalves Vieira

Assistente Social, especialista em Planejamento Urbano e Ambiental (PUC/GO), Doutora em Ciências Ambientais (UFG), Assistente de Projetos Sociais Sênior (Caixa Econômica Federal na Gerência de Governo/GO), que atua na orientação, análise, acompanhamento e avaliação de projetos sociais em Programas do Governo Federal e professora do curso de extensão da PUC/GO em Projetos de Trabalho Social nos Programas

Encontro Nacional CFESS-CRESS

Durante o 43º Encontro Nacional do Conjunto, assistentes sociais da base e das diretorias dos CRESS e do CFESS debateram e aprovaram 203 propostas da agenda política do Conjunto para os próximos três anos. O evento foi realizado em Brasília, Distrito Federal, do dia 18 a 21 de setembro de 2014. O maior espaço deliberativo do Conjunto aprovou moções e a Carta de Brasília que, entre outras posições, refutou a impunidade de torturadores no período da Ditadura, as práticas de prisões injustificadas e a todas as formas de autoritarismo e opressão.

Participaram do encontro, representando o CRESS Goiás, as assistentes sociais de base Daniela de Matos Almeida e Renata Carvalho Resende Póvoa, agente fiscal do CRESS; da Gestão foram as conselheiras Ilma Inácia de Sousa Pugliesi, presidente, e Laura Leni M. Paranaguá Lago, 2ª secretária. O encontro aprovou a realização de uma campanha de gestão em comemoração aos 80 anos de Serviço Social no Brasil, a serem celebrados em 2016. Foi aprovado também o tema do Dia do/a Assistente Social 2015: "Assistente social: atribuições, competências e defesa das políticas públicas".

No âmbito da Formação Profissional, o Conjunto deu centralidade ao Plano de Lutas contra a Precarização da Formação Profissional e continuidade ao Grupo de Trabalho,



Foto: CRESS-GO

composto pela ABEPSS e ENESSO. Em relação à Orientação e Fiscalização profissional, CFESS e CRESSs assumiram a responsabilidade de reformular os atuais instrumentais utilizados nas ações de fiscalização, como o formulário de relatório de visitas, o termo de visita de fiscalização e notificação. O Conjunto também promoverá análise e estudos jurídicos quanto aos procedimentos cabíveis à fiscalização junto às instituições empregadoras acerca do cumprimento do artigo 5ºA da Lei 8.662/1993, que estabelece jornada de 30 horas semanais, sem redução de salário para assistentes sociais (Lei 12.317/2010).

O Conjunto definiu também a

agenda de eventos nacionais para os próximos anos. As datas não estão fechadas, mas já dá para ter uma ideia do que vem pela frente. Em 2015: 4º Seminário Nacional de Comunicação do Conjunto (Rio de Janeiro); 44º Encontro Nacional CFESS-CRESS (Rio de Janeiro); Encontro Nacional de Seguridade Social e Serviço Social (Minas Gerais); e Seminário Nacional de Serviço Social e Direitos Trans (São Paulo).

Em 2016: 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (Pernambuco); Seminário Nacional Serviço Social e Sigilo Profissional (Mato Grosso); 45º Encontro Nacional CFESS-CRESS (Mato Grosso); e

XIV ENPESS

O tema desse ano do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) será: Lutas Sociais e Produção de Conhecimento - Desafios para o Serviço Social no Contexto de Crise do Capital. O evento será realizado de 30 de novembro a 4 de dezembro, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. O encontro, dentre outros

objetivos, busca fortalecer os grupos temáticos de pesquisa na área do Serviço Social e contribuir com o intercâmbio acadêmico e institucional, em âmbito nacional e internacional, com enfoque do tripé da formação, ensino, extensão e pesquisa e produção do conhecimento.

A programação, normas para apresentação de trabalhos, eventuais inovações e outras informações você encontrará no e n d e r e ç o : <http://enpess2014.adepps.org.br>

Durante o evento serão realizadas conferências, colóquios, mesas redondas, apresentações de trabalhos científicos, exposição de pôsteres e lançamento de livros e revistas. No final do XIV ENPESS, dia 5 de dezembro de 2014, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) realizará sua Assembleia Geral para prestação de contas, eleição e posse da nova diretoria da entidade para o biênio 2015-2016.